

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

1.2 Concessões de terminais portuários

A Companhia participa, através de coligadas, da concessão de terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Coligadas		
Terminal XXXIX	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	Junho de 2025	Porto de Santos-SP

As coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários.

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Associadas:

A Companhia possui participação de 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2022), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2022) na 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2022) e na Portofer Ltda 50,00% (50% em 2022). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

b) Controle do Grupo:

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. ("Rumo"), que detém 99,74% do seu capital. A controladora final é a Cosan S.A. ("Cosan"), listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou "NYSE" (*ticker* — CSAN).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento desta demonstração financeira:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de março de 2023.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.13.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

5.9 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022 Nível 2	31/12/2021 Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	246.696	173.625	246.696	173.625
Títulos e valores mobiliários	226.877	242.531	226.877	242.531
Instrumentos financeiros derivativos	409.735	759.696	409.735	759.696
Contas a receber de clientes	232.134	166.969	232.134	166.969
Caixa restrito	124	116	124	116
Total	1.115.566	1.342.937	1.115.566	1.342.937
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(3.019.591)	(3.839.126)	(2.916.392)	(3.839.126)
Instrumentos financeiros derivativos	(65.523)	(21.907)	(65.523)	(21.907)
Passivos de arrendamento	(434.891)	(525.099)	(434.891)	(525.099)
Fornecedores	(327.030)	(197.003)	(327.030)	(197.003)
Outros passivos financeiros	(82.168)	(150.528)	(82.168)	(150.528)
Dividendos a pagar	(2.776)	(2.110)	(2.776)	(2.110)
Total	(3.931.979)	(4.735.773)	(3.828.780)	(4.735.773)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*"Fair Value Option"*) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	(5.698)	(3.003)
Empréstimos e financiamentos	(1.086.708)	(1.559.975)
Derivativos de taxa de câmbio	1.086.708	1.559.975
Passivo de arrendamento	(94.716)	(108.365)
	<u>(100.414)</u>	<u>(111.368)</u>

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2022, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Fornecedores	Flutuação do câmbio	(35)	(1.469)	(2.902)	1.398	2.831
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	(6.727)	(280.086)	(553.445)	266.631	539.990
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	6.727	280.086	553.445	(266.631)	(539.990)
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	(586)	(24.412)	(48.238)	23.239	47.065
Impactos no resultado do exercício		<u>(621)</u>	<u>(25.881)</u>	<u>(51.140)</u>	<u>24.637</u>	<u>49.896</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2023. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

	31/12/2022	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,2177	5,2500	6,5625	7,8750	3,9375	2,6250

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2022				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	33.672	42.090	50.508	25.254	16.836
Títulos e valores mobiliários	30.323	37.904	45.485	22.742	15.162
Caixa restrito	16	20	24	12	8
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(167.496)	(204.158)	(240.820)	(130.834)	(94.172)
Passivos de arrendamento	(45.450)	(46.169)	(46.891)	(44.736)	(44.024)
Derivativos de taxa de juros	(315.533)	(394.416)	(473.300)	(236.650)	(157.767)
Outros passivos financeiros	(12.033)	(14.755)	(17.478)	(9.310)	(6.587)
Impactos no resultado do exercício	(476.501)	(579.484)	(682.472)	(373.522)	(270.544)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de janeiro de 2023, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	13,35%	16,69%	20,03%	10,02%	6,68%
CDI	13,25%	16,57%	19,88%	9,94%	6,63%
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%	5,25%	3,50%
IPCA	4,98%	6,23%	7,47%	3,74%	2,49%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	246.696	173.625
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	226.877	242.531
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	124	116
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	232.134	166.969
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	409.735	759.696
	1.115.566	1.342.937

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2022
AA	41.964
AAA	841.468
Total	883.432

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022				31/12/2021	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(714.269)	(305.928)	(703.656)	(1.577.419)	(3.301.272)	(3.707.390)
Fornecedores	(327.030)	-	-	-	(327.030)	(197.003)
Outros passivos financeiros	(82.168)	-	-	-	(82.168)	(150.528)
Passivo de arrendamento	(81.006)	(75.795)	(182.719)	(83.877)	(423.397)	(637.362)
Dividendos a pagar	(2.776)	-	-	-	(2.776)	(2.110)
Instrumentos financeiros derivativos	(63.447)	(18.245)	339.434	86.470	344.212	737.789
	(1.270.696)	(399.968)	(546.941)	(1.574.826)	(3.792.431)	(3.956.604)

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	26.831	24.698
Rumo Malha Sul S.A.	19.585	18.488
Rumo Malha Central S.A.	7.807	5.983
Raízen S.A. e suas controladas	972	1.508
Elevações Portuárias S.A.	2.482	1.624
Rumo S.A.	1.175	6.333
Brado Logística S.A.	3.394	3.438
Outros	1.247	609
	63.493	62.681
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	501.907	605.001
Portofer Transporte Ferroviário Ltda	51.964	51.964
Outros	4.095	3.047
	557.966	660.012
Ativo circulante	621.459	722.693
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	795.283	692.190
Outros	5.074	5.074
	800.357	697.264
Ativo não circulante	800.357	697.264
Total ativo	1.421.816	1.419.957
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Fornecedores		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	46.729	11.633
Rumo Malha Sul S.A.	19.371	12.303
Rumo Malha Paulista S.A.	54.887	35.235
Rumo S.A.	6.372	8.321
Brado Logística S.A.	-	4.130
Raízen S.A. e suas controladas	29.498	24.014
Outros	34.162	12.318
	191.019	107.954
Passivo circulante	191.019	107.954
Total passivo	191.019	107.954

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen S.A. e suas controladas	28.038	18.622
Rumo Malha Paulista S.A.	343.904	274.870
Rumo Malha Sul S.A.	970	1.097
Brado Logística S.A.	49.778	39.321
Outros	191	406
	422.881	334.316
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(1.864.296)	(1.331.497)
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(264.239)	(176.726)
Brado Logística S.A.	(5.193)	-
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(37.912)	(50.832)
Rumo S.A.	(48.634)	(34.781)
Outros	(2.604)	(8.261)
	(2.222.878)	(1.602.097)
Despesa compartilhada ^(v)		
Cosan S.A.	(3.515)	-
Raízen S.A. e suas controladas	(30.327)	(30.125)
Rumo Malha Oeste S.A.	2.948	2.644
Rumo Malha Paulista S.A.	73.667	40.745
Rumo Malha Sul S.A.	52.995	23.658
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	(32.245)	21.041
Rumo S.A.	(3.075)	(11.844)
Rumo Malha Central S.A.	26.649	(7.625)
Elevações Portuárias S.A.	9.454	8.003
Outros	2	(1.522)
	96.553	44.975
Resultado financeiro		
Rumo Malha Oeste S.A.	-	(1.072)
Rumo S.A.	-	17.794
	-	16.722

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se refere principalmente à transporte e armazenagem, contratada em condições de mercado.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	33.146	31.607
Transações com pagamentos baseados em ações	16.110	23.571
	49.256	55.178

4.2 Eventos significativos

4.2.1 Pandemia de COVID 19

A Companhia continua monitorando a pandemia COVID 19 no cenário global e local, e no momento não há medidas restritivas vigentes e nem impactos nas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não existe circunstâncias que poderiam indicar perda por *impairment*.

4.2.2 Impactos da guerra na Ucrânia

4.2.2.1 Contexto Geral

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.2.2.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- **Fertilizantes:** Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). A companhia entende que não ocorreu impacto na safra de Milho em 2022, tampouco para safra de Soja para 2023, devido os acordos de mercado firmado entre Brasil e Rússia para a demanda de fertilizantes.

- **Commodities:** A safra brasileira de milho de 2021/2022, apesar da quebra da produção no sul do país, deverá ficar acima da safra anterior. Com o aumento do preço da commodity, o Brasil tem espaço para ampliar área produtiva. O que pode acontecer é um aumento da disputa entre o Brasil e América do Norte pela compra de fertilizantes, mesmo com preços elevados, uma vez que o retorno derivado da negociação de commodities por produtores no Brasil os deixam mais capitalizados para disputar com produtores americanos/europeus.

- **Combustíveis:** Como o petróleo brasileiro segue a tabela de preço internacional, continuará ajustando os preços de acordo com a cotação praticada fora do Brasil, mesmo que não haja compra direta da Rússia, a redução da oferta de petróleo no mundo, causará impacto no preço para o consumidor brasileiro. A medida que o diesel aumenta, o custo operacional da Rumo pode aumentar, porém existe a política de repasse para a tarifa que neutraliza os efeitos sobre o resultado.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

avaliação dos indicativos de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados.

4.3 Contrato de cessão - FIPS

Em 27 de setembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a participação da Companhia no processo de Chamamento Público Constitutivo Nº 02/2022 conduzido pela Autoridade Portuária de Santos S.A. ("SPA"), cujo objeto é identificar interessados em celebrar Contrato de Cessão relativo a gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos ("FIPS").

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia foi aprovada pela Autoridade Portuária de Santos S.A. ("SPA") no processo de Chamamento Público Constitutivo, como resultado, a Companhia celebrou o Contrato de Cessão ("Contrato de Cessão") relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos ("FIPS").

A associação que figurará como cessionária do Contrato de Cessão será composta por todas as operadoras ferroviárias igualmente aprovadas no âmbito do Chamamento Público. A efetiva constituição dessa associação depende da conclusão de procedimentos administrativos e societários, bem como a conclusão da transição operacional da ferrovia para a FIPS, momento que marcará o início do período de execução do Contrato de Cessão.

4.4 Distribuição de dividendos

A companhia pagou em título de distribuição de dividendos intercalares o montante de R\$ 400.000, conforme o lucro líquido do exercício apurado no balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2022. O pagamento ocorreu em 28 de outubro de 2022. A aprovação ocorreu em ata em 03 de outubro de 2022, nos termos do §3º, artigo 38, do Estatuto Social da Companhia.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	226.877	242.531
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	409.735	759.696
		636.612	1.002.227
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	246.696	173.625
Contas a receber de clientes	5.4	232.134	166.969
Caixa restrito	5.3	124	116
		478.954	340.710
Total		1.115.566	1.342.937
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	1.414.204	1.735.398
Passivos de arrendamento	5.7	434.891	525.099
Fornecedores	5.8	327.030	197.003
Outros passivos financeiros (i)		82.168	150.528
Dividendos a pagar		2.776	2.110
		2.261.069	2.610.138
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	5.6	1.605.388	2.103.728
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	65.523	21.907
		1.670.911	2.125.635
Total		3.931.980	4.735.773

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras. Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 14,53% a.a. (10,60% a.a. em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio dessas operações gira em torno de 109 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2021).

A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 3.003 no exercício findo em 31 de dezembro 2022 (R\$ 961 em 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	4.299	2.143
Aplicações financeiras	242.397	171.482
	246.696	173.625

As aplicações financeiras são compostas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	-	131.996
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	242.397	39.486
	242.397	171.482

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,9% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2022 (101,6 % do CDI em 31 de dezembro de 2021). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	128.717	241.188
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	97.578	-
Letras financeiras	582	1.343
	226.877	242.531

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.

Caixa restrito

	31/12/2022	31/12/2021
Valores depositados em garantia	124	116
	124	116

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Cientes terceiros	182.511	117.776
Cientes partes relacionadas (Nota 4.1)	63.493	62.681
	246.004	180.457
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(13.870)	(13.488)
	232.134	166.969
Circulante	232.116	166.942
Não circulante	18	27
	232.134	166.969

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	151.202	102.527
Até 30 dias	16.950	-
De 61 a 90 dias	-	178
Mais de 90 dias	14.359	15.071
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(13.870)	(13.488)
	168.641	104.288

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	(14.228)
Provisões	(338)
Reversões e baixas	1.078
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(13.488)
Provisões	(1.465)
Reversões e baixas	1.083
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(13.870)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2022	31/12/2021	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
Com garantia						
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,86%	6.190	24.803	jan/2024	Investimento
Finem (BNDES)	URTJLP ⁽ⁱ⁾	9,29%	1.052.244	1.194.667	dez/2029	Investimento
NCE	CDI + 0,80%	14,56%	355.770	515.928	dez/2023	Capital de giro
	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾	5,88%	1.086.708	1.559.976	jan/2032	Investimento
			2.500.912	3.295.374		
Debêntures						
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% ⁽ⁱⁱⁱ⁾	10,53%	518.680	543.752	fev/2026	Investimento
			518.680	543.752		
Total			3.019.592	3.839.126		
Circulante			711.056	422.941		
Não circulante			2.308.536	3.416.185		
			3.019.592	3.839.126		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Dívida com swap para 127% do CDI que representa uma taxa média de 15,85% no ano de 2022.
- (iii) Dívida com swap para 106% do CDI que representa uma taxa média de 13,13% no ano de 2022.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2022	31/12/2021
13 a 24 meses	303.069	630.514
25 a 36 meses	306.261	294.902
37 a 48 meses	215.222	298.064
49 a 60 meses	154.739	217.194
61 a 72 meses	147.753	154.795
73 a 84 meses	119.926	147.854
85 a 96 meses	-	120.271
A partir de 97 meses	1.061.566	1.552.591
	2.308.536	3.416.185

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2022	31/12/2021
Reais (R\$)	1.932.884	2.279.150
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	1.086.708	1.559.976
Total	3.019.592	3.839.126

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8), ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	10.689.870
Captações	(257)
Amortização de principal	(6.438.909)
Pagamento de juros	(566.559)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	154.981
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.839.126
Amortização de principal	(373.035)
Pagamento de juros	(218.260)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	(228.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.019.592

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,67% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 1.060.181 (R\$ 1.203.783 em 31 de dezembro de 2021).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 12,44% (4,45% em 31 de dezembro de 2021) e TJLP de 6,79% (4,80% em 31 de dezembro de 2021).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 345.657 (R\$ 344.409 em 31 de dezembro de 2021).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“Financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as principais cláusulas e o limite mais restritivo dentre os contratos. Os índices apurados utilizam uma interpretação conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA $\leq 3,0x$ em dezembro de 2022	2,25
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ $\geq 2,0x$ em dezembro de 2022	2,87

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro da dívida é representado pelo custo da dívida líquida, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.7 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	416.106	213.528	629.634
Adições	-	16.402	16.402
Apropriação de juros e variação cambial	38.774	34.378	73.152
Transferências	(184.100)	184.100	-
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(99.791)	(34.275)	(134.066)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(4.655)	(23.194)	(27.849)
Reajuste contratual	12.192	(44.366)	(32.174)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	178.526	346.573	525.099
Adições	-	5.024	5.024
Apropriação de juros e variação cambial	23.073	29.101	52.173
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(81.134)	(44.382)	(125.516)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(36.072)	(36.072)
Reajuste contratual	-	14.182	14.182
Saldo em 31 de dezembro de 2022	120.465	314.426	434.891
Circulante	43.916	62.255	106.171
Não circulante	76.549	252.171	328.719
	120.465	314.426	434.891

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	55.629	35.482
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	14.639	12.730
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	1.329	707
	71.597	48.919

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% e 14,8% de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Contas	31/12/2022			31/12/2021		
	Registrado	Ofício	% Variação	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamentos	174.555	210.256	20%	199.826	230.195	15%
Direito de uso residual	141.505	154.481	9%	163.301	177.146	8%
Despesa financeira	(18.064)	(22.076)	22%	(14.798)	(17.249)	17%
Despesa de depreciação	(21.795)	(24.024)	10%	(17.657)	(19.236)	9%

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 21.253.

5.8 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de materiais e serviços	285.156	165.363
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	41.874	31.640
Total	327.030	197.003
Fornecedores	136.011	89.049
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	191.019	107.954
	327.030	197.003

5.9 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

Hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

filme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (Juros e câmbio)	1.290.275	1.869.300	344.212	737.789
	1.290.275	1.869.300	344.212	737.789
Ativos			409.735	759.696
Passivo			(65.523)	(21.907)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio			Valor contábil		Resultado	
					Ajuste de valor justo	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Objetos						
NCE 2025	US\$ + 5,90%	(1.740.550)	-	-	-	355.409
NCE 2032	US\$ + 5,88%	(870.275)	(1.086.708)	(1.559.976)	(278.178)	(19.902)
Total		(2.610.825)	(1.086.708)	(1.559.976)	(278.178)	335.507
Instrumentos derivativos						
<i>Swap</i> de câmbio e juros	BRL + 116,68% do CDI	870.275	268.018	666.414	398.396	666.414
Total		870.275	268.018	666.414	398.396	666.414
Total líquido		(1.740.550)	(818.690)	(893.562)	120.218	1.001.921

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Risco de inflação		Nocional	Valor contábil		Resultado	
			Ajuste de valor justo			
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos designados						
Debêntures	IPCA + 4,68%	(420.000)	(518.680)	(543.752)	(6.070)	82.474
Total		(420.000)	(518.680)	(543.752)	(6.070)	82.474
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107,00% do CDI	420.000	76.194	71.375	(4.819)	(11.682)
Total		420.000	76.194	71.375	(4.819)	(11.682)
Total líquido		-	(442.486)	(472.377)	(10.889)	70.792

5.10 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	78.293	82.023
PIS	47.436	60.862
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	74
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	16.148	19.115
Outros	3.393	3.506
	145.270	165.580
Circulante	131.715	121.169
Não circulante	13.555	44.411
	145.270	165.580

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobiliza.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	56	422
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1) ⁽ⁱ⁾	1.358.323	1.357.276
Total	1.358.379	1.357.698
Circulante	558.022	660.434
Não circulante	800.357	697.264
	1.358.379	1.357.698

Os adiantamentos a fornecedores se referem a prestação de serviços de partilha de fretes, sendo o cronograma de liquidação previsto em contrato.

5.12 Investimentos em associadas

Política contábil:

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As associadas da Companhia estão listadas abaixo:

Coligadas (Equivalência patrimonial)	Participação direta e indireta	
	31/12/2022	31/12/2021
Termag S.A. ⁽ⁱ⁾	19,85%	19,85%
TGG S.A. ⁽ⁱ⁾	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer Ltda	50,00%	50,00%

- (i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Abaixo estão os investimentos em associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%
Portofer Ltda	100.503.066	50.251.533	50,00%

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Termag S.A.	4.726	4.446	-	(709)	8.463
TGG S.A.	17.562	5.693	(5.784)	-	17.471
Terminal XXXIX S.A.	30.647	22.486	-	-	53.133
Portofer Ltda	44.674	-	-	27	44.701
Total	97.609	32.625	(5.784)	(682)	123.768

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Termag S.A.	1.673	3.812	-	(759)	4.726
TGG S.A.	18.679	3.849	(4.966)	-	17.562
Terminal XXXIX S.A.	26.597	4.050	-	-	30.647
Portofer Ltda	44.674	-	-	-	44.674
Total	91.623	11.711	(4.966)	(759)	97.609

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de associadas:

	Doze meses findos em 31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Termag S.A.	276.760	231.119	42.641	19.881
Terminal XXXIX S.A.	433.412	388.882	44.530	44.530
TGG S.A.	254.748	78.657	176.091	58.139
Portofer Ltda	197.500	108.154	89.346	-

	Doze meses findos em 31/12/2021			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Termag S.A.	276.284	252.483	23.801	11.726
Terminal XXXIX S.A.	335.511	273.747	61.764	10.075
TGG S.A.	253.310	76.257	177.053	37.150
Portofer Ltda	197.500	108.154	89.346	-

5.13 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de perda ao valor recuperável.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.13.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via Permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2021	439.751	401.035	3.652.292	2.683.338	461.188	42.974	7.680.578
Adições	-	-	233	34	626.520	-	626.787
Baixas	(5)	(22.564)	(56.449)	(758)	-	(3.317)	(83.093)
Transferências	(83.538)	137.641	268.219	135.570	(473.823)	7.154	(8.777)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	356.208	516.112	3.864.295	2.818.184	613.885	46.811	8.215.495
Adições	-	-	-	-	503.090	-	503.090
Baixas	211	(72)	(16.179)	-	-	(2.914)	(18.954)
Transferências	54.651	3.756	114.438	157.877	(378.072)	1.358	(45.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	411.070	519.796	3.962.554	2.976.061	738.903	45.255	8.653.639
Valor de depreciação:							
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(87.775)	(112.049)	(1.455.868)	(1.176.804)	-	(12.672)	(2.845.168)
Adições	(25.168)	(68.799)	(238.415)	(94.490)	-	(4.457)	(431.329)
Baixas	3	22.513	48.678	196	-	3.052	74.442
Transferências	1.474	18.430	-	(19.904)	-	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(111.466)	(139.905)	(1.645.605)	(1.291.002)	-	(14.077)	(3.202.055)
Adições	(16.440)	(36.893)	(237.710)	(127.960)	-	(5.255)	(424.258)
Baixas	-	-	10.997	-	-	3.587	14.584
Transferências	226	7.954	139	23.931	-	-	32.250
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(127.680)	(168.844)	(1.872.179)	(1.395.031)	-	(15.745)	(3.579.479)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	244.742	376.207	2.218.690	1.527.182	613.885	32.734	5.013.440
Saldo em 31 de dezembro de 2022	283.390	350.952	2.090.375	1.581.030	738.903	29.510	5.074.160

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, vagões e locomotivas no montante ao custo de R\$191.965, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.6).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 7.464 (R\$ 4.787 em 31 de dezembro de 2021), utilizando uma taxa de média de 13,25% (11.81% em 31 de dezembro de 2021) para capitalizar os custos dos empréstimos.

5.13.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Terrenos, edifícios	Vagões e locomotivas	Software	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2021	340.588	819.211	82.369	21.648	1.263.816
Adições	-	-	-	16.402	16.402
Reajuste contratual	(37.283)	450	4.659	-	(32.174)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	303.305	819.661	87.028	38.050	1.248.044
Adições	-	1.006	-	4.018	5.024
Reajuste contratual	13.721	-	(1.079)	1.540	14.182
Saldo em 31 de dezembro de 2022	317.026	820.667	85.949	43.608	1.267.250
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(95.285)	(322.281)	(12.534)	(12.765)	(442.865)
Adições	(28.690)	(28.571)	(4.425)	(1.726)	(63.412)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(123.975)	(350.852)	(16.959)	(14.491)	(506.277)
Adições	(30.584)	(24.204)	(4.380)	(7.250)	(66.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(154.559)	(375.056)	(21.339)	(21.741)	(572.695)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	179.330	468.809	70.069	23.559	741.767
Saldo em 31 de dezembro de 2022	162.467	445.611	64.610	21.867	694.555

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.640.565	1.407.309
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(557.792)	(478.485)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	11.093	3.982
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM ⁽ⁱ⁾	197.307	199.687
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	150	134
Efeito de amortização do direito de concessão	10.079	10.079
Selic sobre indébito	12.246	-
Outros	5.734	15.293
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(321.183)	(249.310)
Taxa efetiva - %	19,58%	17,72%

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	9.599	7.629
Provisão para perda ao valor recuperável	316	-
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	4.716	4.586
Provisão para não realização de impostos	31.491	29.511
Provisão para participação nos resultados	23.868	17.669
Ajuste valor justo sobre a dívida	-	49.323
Diferenças temporárias sobre outras provisões	34.891	18.428
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	114.290	145.234
Passivos de arrendamento	146.150	168.419
Outros	43.649	61.095
Tributos diferidos - Ativos	408.970	501.894
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Resultado não realizado com derivativos	(120.184)	(254.000)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(169.160)	(144.210)
Ajuste valor justo sobre dívidas	(87.980)	-
Outros	-	(14.244)
Tributos diferidos - Passivos	(377.324)	(412.454)
Total de tributos diferidos	31.646	89.440
Diferido ativo	31.646	89.440
Diferido passivo	-	-

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

c) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2021	(175.250)
Resultado	264.708
Passivo atuarial	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.440
Resultado	(57.812)
Passivo atuarial	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.628

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Passivos de arrendamentos	Benefícios a empregados	Provisões	Imobilizado	Variação Cambial	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	2.590	50.825	113.798	558.770	448.203	39.020	1.213.206
(Cobrado) / creditado								
do resultado do exercício	168.419	15.079	9.329	(113.798)	-	(398.880)	22.093	(297.758)
dos outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(16)	(16)
Diferenças cambiais	-	-	-	-	(413.537)	-	-	(413.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	168.419	17.669	60.154	-	145.233	49.323	61.097	501.895
(Cobrado) / creditado								
do resultado do exercício	(22.269)	6.199	20.250	-	(30.943)	(137.303)	-	(164.066)
dos outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-	(17.448)	(17.448)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	146.150	23.868	80.404	-	114.290	(87.980)	43.649	320.381

ii. Impostos diferidos passivos

	Imobilizado	Resultado não realizado com derivativos	Passivos de arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	(1.311.342)	(77.114)	-	(1.388.456)
(Cobrado) / creditado					
do resultado do exercício	(144.210)	1.057.342	77.114	(14.244)	976.002
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(144.210)	(254.000)	-	(14.244)	(412.454)
(Cobrado) / creditado					
do resultado do exercício	(24.950)	133.816	-	14.244	123.110
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(169.160)	(120.184)	-	-	(289.344)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	181	11
Cíveis, regulatórias e ambientais	3.835	1.746
Trabalhistas	24.217	17.582
	28.233	19.339

	Depósitos judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	3.454	3.106
Cíveis, regulatórias e ambientais	942	1.581
Trabalhistas	13.751	31.550
	18.147	36.237

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	1.852	2.101	21.228	25.181
Provisionados no exercício	(596)	1.343	9.001	9.748
Baixas por reversão ou pagamento	(558)	(1.702)	(12.533)	(14.793)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(687)	4	(114)	(797)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11	1.746	17.582	19.339
Provisionados no exercício	108	900	17.543	18.551
Baixas por reversão ou pagamento	(11)	(1.288)	(21.904)	(23.203)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	73	2.477	10.996	13.546
Saldo em 31 de dezembro de 2022	181	3.835	24.217	28.233

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	1.859.211	1.702.999
Cíveis, regulatórias e ambientais	82.431	148.504
Trabalhistas	76.384	76.764
	2.018.026	1.928.267

- Tributárias:**

	31/12/2022	31/12/2021
Multa isolada tributo federal - REPORTO ⁽ⁱ⁾	106.462	97.997
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	103.467	89.463
ICMS ⁽ⁱ⁾	684.849	568.357
PIS/COFINS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	779.097	783.000
Plano de opção de compra de ações ^(iv)	11.190	10.513
IOF s/ Mútuo ^(v)	131.153	119.082
Outros	42.993	34.587
	1.859.211	1.702.999

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996. b) O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea. c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributária para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária -REPORTO pelo fisco Paulista.
- (ii) No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativas relativos, aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e, h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos;
- (iv) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (v) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis ⁽ⁱ⁾	38.838	34.814
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	8.221	8.708
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	35.372	104.982
	82.431	148.504

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	31/12/2022	31/12/2021
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	76.384	76.764
	76.384	76.764

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.461.503, constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas, 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rumo S.A.	1.106.992.705	99,94%	79.305.801	97,05%
Fundo Invest da Amazonia Finam	-	0,00%	1.573.116	1,93%
Uniao Com. E Participações LTDA	-	0,00%	737.396	0,90%
Banco do Brasil S.A.	705.365	0,06%	-	0,00%
Imprensa Oficial Est. S. A. Imesp.	-	0,00%	97.980	0,12%
Total de ações em circulação	1.107.698.070	100,00%	81.714.293	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o montante de R\$ 65.969 (R\$ 57.900 em 31 de dezembro de 2021).

d) Dividendos

Em 03 de outubro de 2022, foi aprovado em Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 400.000, conforme o lucro líquido do exercício apurado no balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2022.

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta na venda de serviços	5.216.882	3.859.816
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(158.294)	(114.802)
Receita operacional líquida	5.058.588	3.745.014

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2022	31/12/2021
Transporte de carga e acessórios	5.054.474	3.740.716
Outros	4.114	4.298
Receita operacional líquida	5.058.588	3.745.014

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Material de uso e consumo	(118.099)	(101.630)
Despesa com pessoal	(186.648)	(215.300)
Depreciação e amortização	(489.421)	(489.860)
Despesas com serviços de terceiros	(112.341)	(78.819)
Despesas com transporte e elevação	(2.047.993)	(1.534.486)
Outras despesas	(141.442)	34.470
	(3.095.944)	(2.385.625)
 Custo dos serviços prestados	 (2.963.146)	 (2.207.164)
Despesas comerciais	(16.182)	(24.161)
Despesas gerais e administrativas	(116.616)	(154.300)
	(3.095.944)	(2.385.625)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Efeito líquido das demandas judiciais	(26.543)	(8.664)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	13.815	5.080
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(7.495)	9.479
Créditos fiscais extemporâneos	12.638	7.812
Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 11)	11	-
Outros	(16.362)	(7.308)
	(23.936)	6.399

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(273.306)	(416.787)
Variação cambial líquida sobre dívidas	88.128	(433.340)
Resultado com derivativos e valor justo	(21.431)	1.106.312
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(154.323)	(210.109)
Fianças e garantias sobre dívidas	(9.549)	(11.617)
	(370.481)	34.459
Rendimentos de aplicações financeiras	59.835	35.700
	59.835	35.700
Custo da dívida, líquida	(310.646)	70.159
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	47.452	35.870
Passivos de arrendamento	(44.670)	(54.913)
Despesas bancárias e outros	(2.000)	(7.506)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(17.843)	(2.255)
Derivativos e variação cambial	2.382	(5.908)
Outros encargos e juros	(5.443)	(5.637)
	(20.122)	(40.349)
Resultado financeiro, líquido	(330.768)	29.810
Reconciliação		
Despesas financeiras	(507.134)	(708.825)
Receitas financeiras	107.287	71.570
Variação cambial	90.510	(439.247)
Derivativos	(21.431)	1.106.312
Resultado financeiro, líquido	(330.768)	29.810

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Resultado líquido do exercício	1.319.382	1.157.999
Por ação ordinária	1.220.928	1.071.588
Por ação preferencial " A " (incluso remuneração adicional de 10%)	92.253	80.969
Por ação preferencial " B "	6.201	5.442
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	1.107.698
Média ponderada de número de ações preferencial " A "	76.089	76.089
Média ponderada de número de ações preferencial " B "	5.626	5.626
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	1,10222	0,96740
Por ação preferencial " A "	1,21244	1,06414
Por ação preferencial " B "	1,10222	0,96740